



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

ATA DE REUNIÃO

Ata da 18ª Plenária do Conselho Federal de Psicologia

23 de março de 2024

Plenária Ordinária

1 Ao vigésimo terceiro dia do mês de março de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quinze minutos,
2 iniciou-se a décima oitava Plenária Ordinária, realizada de forma híbrida, do Décimo Nono Plenário do
3 Conselho Federal de Psicologia (CFP). Participaram de forma presencial: Alessandra Santos de Almeida,
4 Antônio Virgílio Bittencourt Bastos, Carla Isadora Barbosa Canto, Carolina Saraiva, Célia Mazza de Souza,
5 Clarissa Paranhos Guedes, Evandro Morais Peixoto, Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Izabel
6 Augusta Hazin Pires, Jefferson de Souza Bernardes, Juliana Barros Guimarães, Marina de Pol Poniwas,
7 Nita Tuxá, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Raquel Souza Lobo Guzzo, Roberto Chateaubriand
8 Domingues e Rosana Mendes Éleres de Figueiredo. Participou de forma virtual: Rodrigo Acioli Moura.
9 Ausências justificadas: Fabiane Rodrigues Fonseca, Ivani Francisco de Oliveira, Maria Carolina Fonseca
10 Barbosa Roseiro e Neuza Maria de Fátima Guareschi. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho iniciou a reunião
11 saudando as1 participantes. Em seguida, passou à discussão dos pontos de pauta. Ponto 1: ATAS DA 14ª
12 PLENÁRIA DO XIX PLENÁRIO 24 E 25/11/2023 (Processo SEI nº 576600004.000078/2024-41). Izabel
13 Augusta Hazin Pires comentou que o objetivo desse ponto é a apreciação das atas da 14ª (décima
14 quarta) plenária. Perguntou se o Plenário tem alguma observação e se elas estão aprovadas.
15 Encaminhamentos: Atas da 14ª (décima quarta) plenária aprovadas por unanimidade. Ponto 2: ATAS DA
16 15ª PLENÁRIA DO XIX PLENÁRIO 08 E 09/12/2023 (Processo SEI nº 576600004.000079/2024-95). Izabel
17 Augusta Hazin Pires comentou que o objetivo desse ponto é a apreciação das atas da 15ª (décima quinta)
18 plenária. Perguntou se o Plenário tem alguma observação e se elas estão aprovadas. Encaminhamentos:
19 Atas da 15ª (décima quinta) plenária aprovadas por unanimidade. Ponto 3: ATAS DA 16ª PLENÁRIA DO
20 XIX PLENÁRIO 19 E 20/01/2024 (Processo SEI nº 576600004.000080/2024-10). Izabel Augusta Hazin Pires
21 comentou que o objetivo desse ponto é a apreciação das atas da 16ª (décima sexta) plenária. Perguntou
22 se o Plenário tem alguma observação e se elas estão aprovadas. Encaminhamentos: Atas da 16ª (décima
23 sexta) plenária aprovadas por unanimidade. Ponto 4: ATAS DA 17ª PLENÁRIA DO XIX PLENÁRIO 23 E
24 24/02/2024 (Processo SEI nº 576600004.000081/2024-64). Izabel Augusta Hazin Pires comentou que o
25 objetivo desse ponto é a apreciação das atas da 17ª (décima sétima) plenária. Perguntou se o Plenário
26 tem alguma observação e se elas estão aprovadas. Encaminhamentos: Atas da 17ª (décima sétima)
27 plenária aprovadas por unanimidade. Ponto 5: AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS (Processo SEI nº
28 576600003.000074/2024-72). Evandro Morais Peixoto relatou que o teste psicológico Bateria Diferencial
29 de Atenção foi analisado por pareceristas ad hoc e pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica
30 (CCAP). Procedeu à leitura do relatório da CCAP. Encaminhamentos: A Bateria Diferencial de Atenção
31 recebeu parecer favorável para uso profissional. Ponto 6: SUSPENSÃO DA PLENÁRIA ÉTICA DE
32 JULHO/2024 (Processo SEI nº 576600290.000009/2024-59). Pedro Paulo Gastalho de Bicalho relatou que
33 a Secretaria de Orientação e Ética (SOE) do CFP solicitou ao Plenário a suspensão da sessão de
34 julgamento pautada para julho de 2024. A suspensão tem o intuito de melhorar a organização interna da
35 SOE e da Gerência Jurídica do CFP, bem como a qualidade dos trabalhos ofertados às conselheiras e
36 conselheiros. Encaminhamentos: 1. Aprovada a suspensão da sessão de julgamento pautada para julho
37 de 2024. 2. Retirar a sessão de julgamento da agenda institucional das(os) conselheiras(os). Ponto 7:
38 INDICAÇÃO DE RELATORIA: 14 DE JUNHO DE 2024 (Processo SEI nº 576600290.000008/2024-12). Gabriel
39 Henrique Pereira de Figueiredo informou que é necessário designar relatores para os processos éticos de
40 junho de 2024. Procedeu à leitura das sugestões de designação de relatorias realizadas pela SOE:
41 relatora Alessandra Santos de Almeida para o Processo Disciplinar 576600020.002366/2022-70, oriundo
42 do CRP-06/SP; relator Rodrigo Acioli Moura para o Processo Disciplinar CFP nº 576600020.001686/2023-
43 93, oriundo do CRP-03/BA; relatora Neuza Maria de Fátima Guareschi para o Processo Disciplinar CFP nº
44

45 576600020.002566/2023-11, oriundo do CRP-16/ES; relatora Carla Isadora Barbosa Canto para o
46 Processo Disciplinar CFP nº 576600020.001221/2023-32, oriundo do CRP-06/SP; relator Roberto
47 Chateaubriand Domingues para o Processo Disciplinar CFP nº 576600020.002262/2022-65, oriundo do
48 CRP-06/SP; relatora Célia Mazza de Souza para o Processo Disciplinar CFP nº 576600020.001727/2023-
49 41, oriundo do CRP-16/ES; relatora Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro para o Processo Disciplinar
50 CFP nº 570800236.000017/2022-64, oriundo do CRP-08/PR. Carla Isadora Barbosa Canto informou que
51 não poderá ser relatora em junho e Marina de Pol Poniwas se colocou à disposição para relatar o
52 Processo Disciplinar CFP nº 576600020.001221/2023-32, oriundo do CRP-06/SP. A relatora Izabel
53 Augusta Hazin Pires solicitou o adiamento da relatoria do Processo Disciplinar CFP nº
54 570400097.000101/2021-51, oriundo do CRP-04/MG, para junho de 2024. Explicou ser necessária a
55 construção de entendimento sobre o tema deste processo para posterior discussão da relatoria pelo
56 Plenário. Apontou que esta é uma demanda recorrente dos CRPs e que pode ser elaborado documento
57 de orientação a partir das discussões feitas pelo Plenário. Sugeriu consultar a Gerência Jurídica (GJUR) do
58 CFP para subsidiar a discussão e pautar o tema para a próxima reunião plenária. Clarissa Paranhos
59 Guedes recomendou que a SOE coloque a ementa ou tema do processo ao invés da penalidade, para
60 auxiliar na distribuição das relatorias. Daniela Mundim, analista técnica da SOE, ressaltou que foi
61 acordado em reunião plenária que a designação de relatores não fosse feita por temas, pois há temas
62 mais recorrentes que outros, o que poderia tornar a distribuição das relatorias menos equânime.
63 Alessandra Santos de Almeida destacou o caráter educativo da análise dos processos e reforçou a
64 necessidade de subsídios técnicos para a discussão. Célia Mazza de Souza destacou que os temas são
65 necessários para o conhecimento dos relatores, mas os prazos prescricionais também são considerados
66 na distribuição. Rodrigo Acioli Moura ponderou que o critério para distribuição de relatorias deve ser a
67 correspondência entre o estado de origem do processo e o estado de representação das(os)
68 conselheiras(os). Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo recomendou que a SOE avalie a melhor forma
69 de apresentar o processo com a ementa ao Plenário. Encaminhamentos: 1. Aprovadas as indicações
70 das(os) relatoras(es). 2. Aprovado o agendamento do julgamento do processo 570400097.000101/2021-
71 51, oriundo do CRP-04/MG, da relatora Izabel Augusta Hazin Pires para junho de 2024. 3. Pautar para
72 próxima reunião plenária a discussão e construção de um documento com entendimento e orientação
73 aos CRPs, sobre o tema do processo 570400097.000101/2021-51. Deve-se solicitar antecipadamente à
74 GJUR subsídios para a discussão do Plenário. 3. Incluir a ementa do processo para conhecimento dos
75 relatores. A SOE irá avaliar a melhor forma de apresentar o processo com a ementa ao Plenário. Ponto 8:
76 DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo SEI nº
77 576600020.000316/2024-10). Camila Dias Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é
78 necessário designar relator(a) para o referido processo administrativo, oriundo do CRP-06, de recurso
79 referente à obtenção de título de especialista em Psicologia de Tráfego. Encaminhamentos: Designada a
80 Conselheira Juliana Barros Guimarães como relatora para o Processo Administrativo
81 576600020.000316/2024-10, oriundo do CRP-06, de recurso referente à obtenção de título de
82 especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 9: DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PROCESSO
83 ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo SEI nº 576600020.000352/2024-83). Camila Dias
84 Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é necessário designar relator(a) para o referido
85 processo administrativo, oriundo do CRP-24, de recurso referente à inscrição profissional.
86 Encaminhamentos: Designada a Conselheira Clarissa Paranhos Guedes como relatora para o Processo
87 Administrativo 576600020.000352/2024-83, oriundo do CRP 24, de recurso referente à inscrição
88 profissional. Ponto 10: DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE
89 RECURSO (Processo SEI nº 576600020.000324/2024-66). Camila Dias Alves, gerente da Gerência Técnica
90 do CFP, informou que é necessário designar relator(a) para o referido processo administrativo, oriundo
91 do CRP-06, de recurso referente à obtenção de título de especialista em Psicologia de Tráfego.
92 Encaminhamentos: Designada a Conselheira Carla Isadora Barbosa Canto como relatora para o Processo
93 Administrativo 576600020.000324/2024-66, oriundo do CRP 06, de recurso referente à obtenção de
94 título de especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 11: DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PROCESSO
95 ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO. (Processo SEI nº 576600020.000321/2024-22). Camila Dias
96 Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é necessário designar relator(a) para o referido
97 processo administrativo, oriundo do CRP-06, de recurso referente à obtenção de título de especialista em
98 Psicologia de Tráfego. Encaminhamentos: Designada a Conselheira Nita Tuxá como relatora para o
99 Processo Administrativo 576600020.000321/2024-22, oriundo do CRP-06, de recurso referente à
100 obtenção de título de especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 12: DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA
101 PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo SEI nº 576600020.000320/2024-88).

102 Camila Dias Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é necessário designar relator(a)
103 para o referido processo administrativo, oriundo do CRP-06, recurso referente à obtenção de título de
104 especialista em Psicologia de Tráfego. Encaminhamentos: Designado o Conselheiro Rodrigo Acioli Moura
105 como relator para o Processo Administrativo 576600020.000320/2024-88, oriundo do CRP-06, de
106 recurso referente à obtenção de título de especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 13: DESIGNAÇÃO
107 DE RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo SEI nº
108 576600020.000319/2024-53). Camila Dias Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é
109 necessário designar relator(a) para o referido processo administrativo, oriundo do CRP-06, recurso
110 referente à obtenção de título de especialista em Psicologia de Tráfego. Encaminhamentos: Designado o
111 Conselheiro Roberto Chateaubriand Domingues como relator para o Processo Administrativo
112 576600020.000319/2024-53, oriundo do CRP-06, de recurso referente à obtenção de título de
113 especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 14: DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA PROCESSO
114 ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO. (Processo SEI nº 576600020.000317/2024-64. Camila Dias
115 Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é necessário designar relator(a) para o referido
116 processo administrativo, oriundo do CRP-06, recurso referente à obtenção de título de especialista em
117 Psicologia de Tráfego. Encaminhamentos: Designada a Conselheira Célia Mazza de Souza como relatora
118 para o Processo Administrativo 576600020.000317/2024-64, oriundo do CRP-06, de recurso referente à
119 obtenção de título de especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 15: DESIGNAÇÃO DE RELATOR(A) PARA
120 PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo SEI nº 576600020.000322/2024-77).
121 Camila Dias Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é necessário designar relator(a)
122 para o referido processo administrativo, recurso referente à obtenção de título de especialista em
123 Psicologia de Tráfego. Encaminhamentos: Designada a Conselheira Juliana Barros Guimarães como
124 relatora para o Processo Administrativo 576600020.000322/2024-77, oriundo do CRP-06, de recurso
125 referente à obtenção de título de especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 16: DESIGNAÇÃO DE
126 RELATOR(A) PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM GRAU DE RECURSO (Processo SEI nº
127 576600020.000318/2024-17). Camila Dias Alves, gerente da Gerência Técnica do CFP, informou que é
128 necessário designar relator(a) para o referido processo administrativo, recurso referente à obtenção de
129 título de especialista em Psicologia de Tráfego. Encaminhamentos: O Conselheiro Gabriel Henrique
130 Pereira de Figueiredo foi designado como relator para o Processo Administrativo
131 576600020.000318/2024-17, oriundo do CRP-06, de recurso referente à obtenção de título de
132 especialista em Psicologia de Tráfego. Ponto 17: INDICAÇÃO DE CONSELHEIRA RELATORA PARA AVALIAR
133 PROPOSTA DE ALTERAÇÃO NO REGIMENTO INTERNO DO CRP 07 (Processo SEI nº
134 576600020.000354/2024-72). Pedro Paulo Gastalho de Bicalho comunicou que é necessário designar
135 relator(a) para avaliar a proposta de alteração de regimento interno do CRP-07, conforme atribuição do
136 CFP disposto no art. 6º, alínea "a", da Lei nº 5.766/71. Encaminhamentos: A Conselheira Clarissa
137 Paranhos Guedes foi designada como relatora para avaliar a proposta de alteração de regimento interno
138 do CRP-07. Ponto 18: INFORME SOBRE O II GERMINÁRIO: MULHERES, PSICOLOGIA E ENFRENTAMENTO
139 ÀS VIOLÊNCIAS (Processo SEI nº 576600003.000026/2024-84). Alessandra Santos de Almeida informou
140 que o CFP realizará, no dia 28 de março de 2024, o II Germinário "Mulheres, Psicologia e Enfrentamento
141 às Violências", com foco na violência psicológica. Explanou que será compartilhado, ao longo do evento,
142 conhecimentos sobre como a violência psicológica se apresenta, os contextos e cenários, bem como a
143 discussão das possibilidades de intervenção e enfrentamento. Apresentou a programação do evento, que
144 abordará os tópicos: Mulheres, misoginia e perpetuação das violências; Violência Psicológica:
145 especificidades, conceitos e contextos e Violência Psicológica: um olhar para o futuro. Solicitou que
146 todas as mulheres do pleno, caso possam, estejam presentes na segunda edição do Germinário. Célia
147 Mazza de Souza reforçou a importância da participação ativa das conselheiras no evento, de forma
148 presencial e online. Marina de Pol Poniwas propôs incluir na programação a elaboração de um
149 documento sobre o tema. Alessandra Santos de Almeida ressaltou que o conteúdo do II Germinário será
150 utilizado para formatação de uma cartilha, considerando encaminhamento já realizado pelo Plenário do
151 CFP. Encaminhamentos: Informe apresentado. Não houve encaminhamentos. Ponto 19: ANULAÇÃO DO
152 TÍTULO DE PSICÓLOGO HONORÁRIO (Processo SEI nº 576600005.000123/2024-57). Pedro Paulo
153 Gastalho de Bicalho relatou que, por ocasião dos 60 anos do Golpe Militar de 1964, foi realizado o
154 mapeamento de informações referentes ao tema pelo Projeto Histórias e Memórias da Psicologia
155 Brasileira. Daniel Arruda, gerente da Gerência de Relações Institucionais do CFP (GRI), explicou que a
156 Prof. Nádia Maria Rocha, coordenadora do projeto, localizou a ata da 25ª reunião do CFP realizada em 30
157 de junho de 1977. Na referida ata, consta a decisão de conceder diploma em homenagem e
158 agradecimento ao Ministro do Trabalho Arnaldo da Costa Pietro pela regulamentação da Lei nº 5.766/71.

160 Na sequência, foram identificados os documentos expedidos em 1977 pelo presidente e secretários do
161 CFP da época: título de membro honorário ao ex-Ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Pietro, e outro
162 em nome do ex-Presidente da República, Ernesto Geisel. Elucidou que os títulos foram concedidos, não
163 de psicologia, mas de membros honorários do CFP. Na 24ª Plenária do XVI Plenário do CFP, de 21 de
164 novembro de 2015, esta questão foi apresentada pela conselheira à época, Nádia Maria Rocha. O
165 consenso do Plenário, registrado em ata, foi de não compactuar com a concessão dos títulos e envidar
166 esforços e providências para revogar os títulos concedidos. Na Assembleia de Políticas, da Administração
167 e das Finanças (Apaf) de 13 de dezembro de 2015 há um ponto de pauta sobre o assunto, com a decisão
168 unânime, para que o CFP revogasse a concessão dos títulos honorários. No entanto, não foi localizado
169 nenhum registro de deliberação do Plenário do CFP, seja em ata, seja em ato oficial, de revogação
170 expressa dos títulos de membros honorários concedidos em 1977 ao ex-Presidente Ernesto Geisel e ao
171 ex-Ministro do Trabalho Arnaldo da Costa Pietro. Após a apresentação do ponto, o XIX Plenário deliberou
172 sobre a revogação dos títulos de psicólogos honorários concedidos aos referidos militares integrantes da
173 ditadura. Célia Mazza de Souza concordou com a revogação dos títulos. Clarissa Paranhos Guedes
174 pontuou que a reparação histórica é necessária e a deliberação da Apaf deve ser cumprida. Pedro Paulo
175 Gastalho de Bicalho foi favorável à retirada dos títulos e ao cumprimento da deliberação da Apaf e
176 questionou como o ato deve ser oficializado. Sugeriu que o ato oficial seja assinado e publicada matéria
177 nas redes sociais do CFP no dia 31 de março, data de alusão aos 60 anos do Golpe Militar de 1964, para
178 dar visibilidade à revogação. Alessandra Santos de Almeida disse que a Comissão de Direitos Humanos
179 (CDH) havia solicitado à Gerência de Comunicação (Gcom) matéria para demarcar os 60 anos da ditadura
180 no Brasil, cujo efeito histórico persiste até hoje. Defendeu a revogação dos títulos e a publicidade do ato
181 como posicionamento do Plenário do CFP acerca da liberdade, justiça e democracia. Encaminhamentos:
182 1. Aprovada, por unanimidade, a revogação dos títulos de membros honorários concedidos em 1977 ao
183 ex-Presidente da República Ernesto Geisel e ao ex-Ministro do Trabalho Arnaldo da Costa Pietro. 2.
184 Verificar com Gerência Jurídica qual documento deve ser elaborado para oficializar a revogação. 3.
185 Elaborar matéria para ser veiculada no dia 31 de março de 2024 sobre a revogação dos títulos, dando
186 ênfase aos motivos da decisão. 4. Pautar a revogação dos títulos como informe na Apaf de maio de 2024.

187 Ponto 20: APRESENTAÇÃO DO TEXTO DA NOTA TÉCNICA DE ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) JUNTO AOS
188 POVOS INDÍGENAS Processo SEI nº 576600012.000015/2024-95). A Conselheira Nita Tuxá relatou que,
189 após o lançamento das Referências Técnicas "Atuação de Psicólogas(os) junto aos Povos Indígenas"
190 produzida pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), o XIX Plenário
191 do CFP aprovou a elaboração de Nota Técnica que pudesse contemplar as regionalidades e pluralidades
192 de atendimento junto aos diversos povos indígenas que compõem o país. Explicou que a comissão
193 responsável pela elaboração do documento indicou como data de lançamento o evento anual
194 "Acampamento Terra Livre - 2024" que acontecerá entre 22 e 26 de abril. A nota técnica está em
195 construção e, uma vez finalizada, deve ser pautada para a apreciação da próxima reunião plenária do
196 CFP. Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo sugeriu a impressão gráfica da nota, para ser distribuída nos
197 CRPs e trabalhada pela Comissão de Direitos Humanos. Mateus de Castro Castelluccio, supervisor do
198 Crepop, elucidou que a nota técnica passará a integrar a Referência Técnica existente. Encaminhamento:
199 Aprovado o lançamento da "Nota à Referência Técnica de atuação de psicólogas(os) junto aos Povos
200 Indígenas" no evento anual Acampamento Terra Livre - 2024, que acontecerá de 22 a 26 de Abril. Ponto
201 21: CFP PARTICIPA - 12ª CNDCA: MOÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A 12ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS
202 DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Processo SEI nº 576600005.000020/2024-97). Marina de Pol
203 Poniwas afirmou que, em consonância com as ações aprovadas pelo Plenário e as deliberações do 11º
204 Congresso Nacional de Psicologia (CNP), o CFP participou no dia 11 de março de 2024 do evento "A
205 Psicologia rumo à 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA)", com o
206 objetivo de debater e organizar os posicionamentos da categoria durante a Conferência Nacional.
207 Agradeceu as(os) conselheiras(os) que participaram do evento e afirmou que foram construídos
208 posicionamentos contundentes da Psicologia para serem discutidos na Conferência Nacional. Relatou
209 que os principais temas dos debates contemplaram: a implantação da Lei nº 13.935/2019, que
210 regulamenta a inclusão de psicólogas e assistentes sociais na escolas da rede pública; a Constelação
211 Familiar e a alienação parental; o posicionamento da Psicologia às parcerias público privadas no âmbito
212 do sistema socioeducativo; estratégias de atuação da Psicologia frente ao impacto do mercúrio no
213 cotidiano das populações indígenas e violências contra as crianças indígenas yanomami. Ressaltou que
214 foi um evento de bastante discussão e construção, com mais de mil inscritos e muito acesso pelas redes
215 sociais. Pontuou que o tema acerca de crianças e adolescentes transgênero também será discutido na
216 Conferência Nacional e sugeriu que o Plenário assista ao vídeo no youtube de Paula Sandrine Machado

217 (UFRGS), que traz importantes apontamentos sobre o assunto, para que possam subsidiar o Conselho
218 Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) na construção de um posicionamento.
219 Explicou, ainda, que o Conanda e o CFP devem construir um documento para orientar os Conselhos
220 Tutelares em relação aos direitos das crianças e adolescentes LGBT. Considerando temas de grande
221 relevância no presente cenário, Marina de Pol Poniwas solicitou ao Plenário do CFP o apoio às seguintes
222 moções, que poderão ser debatidas no evento preparatório para a 12ª CNDCA: Moção 1 -
223 “Manifestamos nosso posicionamento favorável ao acolhimento e proteção da diversidade na infância.
224 Defendemos que as práticas psicológicas, em suas diversas modalidades e campos de atuação, devem
225 ser catalisadoras das multiplicidades de ser e estar no mundo, afirmando a potência de vida, e não
226 encerrando a diferença em categorias diagnósticas e patologizadoras”. Moção 2 - “Manifestamos nosso
227 posicionamento favorável à implementação da Lei nº 13.935/2019, que regulamenta a inclusão de
228 psicólogas e assistentes sociais nas escolas da rede pública. Acreditamos que a ampliação da equipe
229 técnica especializada no contexto educacional pode promover ações articuladas e preventivas favoráveis
230 ao desenvolvimento das(os) alunas(os) e o apoio às suas famílias, assim como uma escola laica,
231 qualificada e que acolha a todas as crianças e jovens”. Após a leitura das moções, Raquel Souza Lobo
232 Guzzo recomendou as seguintes alterações no texto: substituir a palavra “alunas” por “estudantes” e
233 retirar a palavra “acreditamos”, ambas na Moção 2. Nita Tuxá ressaltou que em março de 2024
234 aconteceu um encontro com povos e organizações indígenas em que foram discutidas as perspectivas da
235 saúde mental e existe a possibilidade de criar um Fórum do CFP com as organizações indígenas.
236 Destacou que existem temas que repercutem nas políticas públicas, como o fato da categoria
237 “adolescência” não existir na perspectiva dos povos indígenas e as demandas das infâncias indígenas
238 migrantes, construídas em abrigamentos. Marina de Pol Poniwas disse que houve reunião do Conanda
239 com o Ministério dos Povos Indígenas para produção de nota para orientar situações que ocorrem nos
240 equipamentos de saúde e no Conselho Tutelar. Sobre a questão das infâncias indígenas migrantes,
241 explicou que o Observatório de Saúde na Infância - Observa Infância elaborou relatórios sobre violações
242 de direitos à infância indígena que podem auxiliar nas discussões sobre o tema. Alessandra Santos de
243 Almeida questionou se no evento preparatório para a 12ª CNDCA foi discutido o impedimento ao aborto
244 legal de crianças e adolescentes, além da recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de afastar
245 a presunção do crime de estupro de vulnerável nas relações sexuais com pessoa menor de 14 anos e se
246 há medidas sendo adotadas nesse sentido. Marina de Pol Poniwas disse que o assunto não foi tema no
247 evento, mas a decisão do STJ foi discutida. A deliberação foi avançar em articulações políticas
248 direcionadas ao acesso à justiça para crianças e adolescentes, elaborar um protocolo de julgamento na
249 perspectiva da infância e adolescência, dialogado com o Conselho Nacional de Justiça, e desenvolver
250 ações no âmbito do Conanda. Carla Isadora Barbosa Canto ressaltou a importância da discussão das
251 infâncias dissidentes e o compromisso do CFP sobre o tema. Marina de Pol Poniwas sugeriu que o
252 posicionamento sobre este assunto seja encaminhado para apreciação da Apaf. Pedro Paulo Gastalho de
253 Bicalho destacou a importância do Plenário construir pontos de pauta para nacionalizar os debates na
254 Apaf e recomendou que cada conselheira(o) avalie se há pontos para serem levados para a Apaf nos
255 temas que acompanham. Além disso, ressaltou que a Campanha Nacional de Direitos Humanos “Em
256 nome da proteção e do cuidado: que formas de sofrimento e exclusão temos produzido?”, produzida
257 pelo CFP, pode ser retomada e atualizada para dialogar com as discussões relacionadas ao Conanda e ao
258 Conselho Tutelar. Carolina Saraiva destacou que o tema de crianças e adolescentes precisa abarcar as
259 crianças de terreiro, que são invisibilizadas. Marina de Pol Poniwas explicou que há um conselheiro do
260 Conanda que representa uma instituição de terreiro e tem resgatado a Resolução nº 181, de 2016 do
261 Conanda que dispõe sobre os parâmetros para a interpretação dos direitos e adequação dos serviços
262 relacionados ao atendimento de crianças e adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades
263 Tradicionais no Brasil. Apesar da normativa existente, concordou que precisam avançar nessa discussão.
264 Raquel Souza Lobo Guzzo sugeriu que o CFP crie um documentário com depoimentos de crianças
265 invisibilizadas, inspirado no filme documentário “Crianças Invisíveis”, incluindo a fundamentação em
266 defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Marina de Pol Poniwas procedeu à leitura das outras
267 moções e propôs alterar o termo “adolescentes” para “jovens” na moção referente aos povos yanomami.
268 Encaminhamentos: 1. Aprovada a proposição das moções no evento “A Psicologia rumo à 12ª
269 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente”. 2. Na moção 2, substituir a palavra
270 “alunas” por “estudantes”. 3. Na moção 2, retirar a palavra “acreditamos”. 4. Substituir “adolescentes”
271 por “jovens” na moção referente aos povos yanomami. 5. Pautar para a Apaf a discussão sobre proteção
272 de crianças e adolescentes dissidentes. 6. Criar um produto audiovisual sobre a invisibilidade infantil.
273 Ponto 22: FORMAÇÃO DE COMISSÃO AVALIADORA (Processo SEI nº 576600274.000015/2023-23). Izabel

274 Augusta Hazin Pires relatou que em fevereiro deste ano foi publicado o Edital de Fomento nº 01 de 2024,
275 a fim de conceder recursos financeiros aos CRPs para difundir suas memórias institucionais e destacar
276 ações que contribuíram para os avanços da Psicologia brasileira. O Edital faz parte das ações elaboradas
277 no escopo do Projeto dos 50 anos do Sistema Conselhos de Psicologia. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho
278 ressaltou que a Resolução CFP nº 01, de 1974 cria os primeiros sete Conselhos Regionais Regionais de
279 Psicologia (CRPs), que completam 50 anos em 2024. O Edital é direcionado para todos os CRPs, pois
280 entende-se que todos foram criados em 1974, uns como Conselho Regional, outros como Seção. Izabel
281 Augusta Hazin Pires disse que cabe ao Plenário designar os membros desta Comissão, encarregada de
282 avaliar os projetos segundo os termos estipulados no Edital. Informou que são onze projetos a serem
283 avaliados e sugeriu que a Comissão Avaliadora seja composta de até cinco pessoas, preferencialmente do
284 Plenário do CFP. Encaminhamento: Foram designadas(os) as(os) conselheiras(os) Rosana Mendes Éleres
285 de Figueiredo, Antônio Virgílio Bittencourt Bastos e Izabel Augusta Hazin Pires para compor a Comissão
286 Avaliadora. Ponto 23: CDH/CFP - CAMPANHA NACIONAL DE DH: APROVAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS GIROS
287 DESCOLONIAIS (RODAS DE CONVERSA PRESENCIAIS) (Processo SEI nº 576600005.000105/2024-75). Nita
288 Tuxá informou que a Diretoria do CFP aprovou o Plano de Ação da Comissão de Direitos Humanos
289 (CDH/CFP) 2023-2025. Um dos produtos aprovados consiste nos "Giros Descoloniais", rodas de conversa
290 realizadas presencialmente em diferentes territórios, ao longo dos anos de 2024 e 2025. O objetivo é
291 discutir temáticas que se aproximem das demandas dos CRPs, abarcando os temas: justiça ambiental,
292 violência de gênero, racismo ambiental, saúde mental e trabalho, população em situação de rua,
293 segurança pública e racismo ambiental, povos indígenas e políticas de drogas. As conversas e diálogos
294 serão documentados para que seu conteúdo seja disseminado de forma mais ampla pelas redes sociais
295 do CFP e em publicação final. Apresentou as indicações dos temas, estados e cidades onde acontecerão
296 os Giros Descoloniais, e solicitou ao Plenário sugestões e aprovação do detalhamento das ações.
297 Considerando que nem todos os integrantes da CDH podem estar presentes nas rodas de conversa em
298 todos os estados, sugeriu que ela e Alessandra Santos de Almeida estejam juntas nas atividades
299 propostas. Carla Isadora Barbosa Canto entende ser importante que Nita Tuxá e Alessandra Santos de
300 Almeida estejam como representantes da CDH do CFP nas rodas de conversa. Gabriel Henrique Pereira
301 de Figueiredo sugeriu que as(os) conselheiras(os) secretárias(os) do Sistema Conselhos de Psicologia
302 auxiliem na mobilização das CDHs, por meio de estratégias de articulação e mobilização junto aos
303 profissionais, aos movimentos sociais locais e às instituições de ensino. Se colocou à disposição para
304 participar dos Giros Descoloniais em Cuiabá-MT. Izabel Augusta Hazin Pires destacou as sugestões da
305 Diretoria do CFP de compartilhamento dessas atividades nos territórios, com o auxílio da Gerência de
306 Comunicação (Gcom). Carolina Saraiva propôs incluir os povos tradicionais e quilombolas nos "Giros
307 Descoloniais". Rosana Mendes Éleres de Figueiredo sugeriu incluir pessoas com deficiência nos "Giros
308 Descoloniais". Encaminhamentos: 1. Incluir a temática a respeito das pessoas quilombolas, pessoas com
309 deficiência e dos povos tradicionais nos "Giros Descoloniais". 2. Aprovado que Nita Tuxá e Alessandra
310 Santos de Almeida participem juntas de todas as atividades propostas. Ponto 24: ANS - ATUALIZAÇÃO DO
311 ROL DE PROCEDIMENTOS E EVENTOS EM SAÚDE / DEMANDAS RELATIVAS À ABA E OUTROS ASPECTOS
312 RELACIONADOS (Processo SEI nº 576600020.000178/2024-79). Izabel Augusta Hazin Pires afirmou que,
313 em decorrência da participação do CFP no estabelecimento do Rol de Procedimentos e Eventos em
314 Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), é preciso aprofundar a discussão acerca de
315 temas relevantes e que demandam posição do CFP, como o método ABA. Salientou que o
316 posicionamento do CFP será importante, não apenas para a ANS, mas para subsidiar os pareceres
317 técnicos do CFP nos diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e para o Sistema de
318 Avaliação de Práticas Psicológicas (SAPP) do CFP. Recomendou convidarem pessoas com notório saber,
319 tanto favoráveis como contrários à prática, a fim de fomentar a discussão e entendimento do Plenário
320 sobre o tema. Sugeriu que o debate seja realizado na próxima reunião plenária, na tarde do dia 20 de
321 abril. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo recomendou convidar a Prof. Romariz Barros (UFPA). Gabriel
322 Henrique Pereira de Figueiredo recomendou convidar o Prof. Luiz Alexandre Barbosa de Freitas (UFMT).
323 Encaminhamentos: 1. Aprovado agendamento de reunião plenária extraordinária ampliada com a
324 participação de membros da CDH, SAPP e convidados para discussão do método ABA, em 20 de abril, à
325 tarde. 2. Convidar a Prof. Romariz Barros (UFPA) e o Prof. Luiz Alexandre Barbosa de Freitas (UFMT) para
326 discussão sobre o método ABA. Ponto 25: INDICAÇÃO DE CONSELHEIRA(O) PARA LEITURA E APRECIÇÃO
327 DA REFERÊNCIA TÉCNICA PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE RUA
328 (Processo SEI nº 576600012.000014/2024-41). Rodrigo Acioli Moura disse que a comissão de
329 especialistas responsável pela elaboração da "Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) em
330 Políticas Públicas para a População de em Situação de Rua" finalizou a primeira versão do documento.

331 Explicou que, nesta etapa de análise, é necessária a indicação de conselheiras(os) para a leitura e
332 apreciação em nome do Plenário. Após a leitura e possíveis contribuições, o texto seguirá para Consulta
333 Pública. Encaminhamentos: 1. As(os) conselheiras(os) Raquel Souza Lobo Guzzo e Gabriel Henrique
334 Pereira de Figueiredo foram designados para leitura e apreciação da Referência Técnica para Atuação de
335 Psicólogas(os) em Políticas Públicas para a População de em Situação de Rua. Ponto 26: PARECER SOBRE
336 O MANUAL LGBTI (Processo SEI nº 576600020.000313/2024-86). Daniel Arruda, gerente da Gerência de
337 Relações Institucionais (GRI), relatou que o CFP recebeu ofício da Aliança Nacional LGBTI+ e da Rede Gay
338 Latino com o convite para parceria institucional por meio da inclusão da logomarca do CFP nas
339 publicações da Enciclopédia LGBTI+. Por isso, foi solicitado parecer técnico ao Setor Técnico (STec) para
340 analisar se o conteúdo dos manuais está em consonância ao que o CFP tem produzido tecnicamente. Ylo
341 Fraga, supervisor da STec, explicou que, por se tratar de uma coleção densa e extensa, a elaboração de
342 um parecer técnico carece de: tempo hábil para análise e discussão pormenorizada do conteúdo,
343 apreciação do material por outras áreas técnicas do CFP e indicação de conselheiras(os) do Plenário
344 responsáveis pela leitura de cada um dos livros, com o objetivo de referendar o parecer técnico. Célia
345 Mazza de Souza destacou que nem todos os manuais se referem ao âmbito da psicologia. Alessandra
346 Santos de Almeida considerou temerária a inclusão da logomarca do CFP nas publicações sem a parceria
347 efetiva da autarquia na construção dos materiais. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho ressaltou que a
348 solicitação foge ao escopo das atribuições do CFP. Encaminhamento: O Plenário deliberou por não
349 referendar o pedido da Aliança Nacional LGBTI+. Ponto 27: DESIGNAÇÃO DE AD HOC PARA COMPOR GT
350 DE APAF - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA PARA PORTE DE ARMAS (Processo SEI nº 576600003.000078/2024-
351 51). Evandro Morais Peixoto relatou que a Apaf de abril de 2022 aprovou a continuidade do Grupo de
352 Trabalho Avaliação psicológica para a concessão de registro e/ou porte de arma de fogo, para concluir as
353 novas atividades propostas, dentre elas, propor um normativo que contemple as especificidades dos
354 povos originários. Para auxiliar nas tarefas foi aprovada a inclusão da ad hoc Dayane Teixeira Almeida,
355 uma mulher indígena do povo Tariano. No entanto, em março de 2024, a Sra. Dayane informou que não
356 poderia mais compor o GT. Assim, explicou que é necessário designar nova colaboradora ad hoc.
357 Informou que o GT realizou levantamento acerca das normativas sobre o tema e consultou as(os)
358 conselheiras(os) indígenas dos plenários dos CRPs, bem como entidades que regulamentam o assunto, a
359 saber: Polícia Federal, Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos (ABIPSI) e Ministério dos Povos
360 Indígenas. Após levantamento, concluiu-se que o objetivo proposto em Apaf não apresenta sustentação
361 na legislação vigente ou na realidade dos povos originários. Nita Tuxá disse que, na época, havia a
362 questão da posse de armas para defesa dos territórios, mas adentrava também na esfera do conflito
363 armado. Sugeriu encaminhar para a Apaf o encerramento do GT, mas destacou que a demanda por
364 avaliação psicológica para povos tradicionais deve ser dialogada de forma ampla. Pedro Paulo Gastalho
365 de Bicalho disse que o GT havia finalizado seu objetivo em 2022, com a elaboração da Resolução CFP nº
366 01/2022. Argumentou que a avaliação para porte de armas não é prioridade para os povos originários e
367 sugeriu encaminhar para a Apaf o encerramento do GT. Para subsidiar a Apaf, propôs que a ABIPSI
368 participe da Apaf de maio para explicar que este objetivo não reflete as necessidades dos povos
369 indígenas. Evandro Morais Peixoto afirmou que o levantamento com as contribuições da ABIPSI, da
370 Polícia Federal e do Ministério dos Povos Originários ratificam esta argumentação. Concordou com Nita
371 Tuxá sobre a possibilidade de construir discussão sobre as demandas de avaliação psicológica para a
372 população indígena. Izabel Augusta Hazin Pires ressaltou que, caso seja constituído novo GT, os
373 integrantes sejam psicólogas(os) indígenas e pessoas com conhecimento epistemológico e antropológico
374 sobre o tema. Encaminhamentos: 1. Solicitar o encerramento do GT na Apaf de maio, com a colaboração
375 da ABIPSI. 2. Avaliar a criação de um GT de Avaliação Psicológica para a população indígena. Ponto 28:
376 SOLICITAÇÃO DO GT DA POF (Processo SEI nº 576600028.000015/2024-16). Gabriel Henrique Pereira de
377 Figueiredo comunicou que o Grupo de Trabalho de Revisão da Política de Orientação e Fiscalização (GT
378 de POF) está elaborando uma Nota Técnica sobre o uso de tecnologias em contextos de privação de
379 liberdade. Em reunião do GT, houve entendimento sobre a necessidade de auxílio na elaboração da
380 tarefa dada pela Apaf e solicitou que a Nota Técnica seja elaborada em conjunto com a Comissão de
381 Direitos Humanos do CFP. Encaminhamento: Aprovado solicitar o auxílio da Comissão de Direitos
382 Humanos do CFP para elaborar Nota Técnica sobre o uso de tecnologias em contextos de privação de
383 liberdade. Ponto 29: PLENÁRIA NEGRA: CARTA DE PROPOSTAS AO SISTEMA CONSELHO DE PSICOLOGIA
384 PARA ENFRENTAMENTO AO RACISMO. (Processo SEI nº576600026.000018/2023-99). Carolina Saraiva
385 relatou que em julho de 2023 foi realizada a “Plenária Negra - Aquilombamento da Psicologia: corpos-
386 territórios de afeto, política, resistência e ancestralidade”, do Sistema Conselhos de Psicologia, com a
387 participação de conselheiras, conselheiros, colaboradoras e colaboradores negras e negros do CFP e de

388 todos os vinte e quatro CRPs. Como encaminhamento da Plenária Negra, foi construída pelos
389 participantes a "Carta de propostas ao Sistema Conselho de Psicologia para enfrentamento ao racismo",
390 para ser apresentada e entregue ao XIX Plenário do CFP. Carolina Saraiva procedeu à leitura da Carta.
391 Após a leitura, pediu questão de ordem considerando que não seria possível discutir as questões
392 suscitadas pelo Plenário por não estarem presentes todas as representações negras. Gabriel Henrique
393 Pereira de Figueiredo sugeriu que este ponto seja incluído como primeiro ponto de pauta da reunião
394 plenária de abril. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho propôs que as(os) conselheiras(os) se articulem para
395 apresentar o ponto na reunião plenária de abril. Nita Tuxá disse que reavaliou a Carta de propostas
396 das(os) Psicólogas(os) Indígenas e verificou que muitas propostas extrapolavam as atribuições do Sistema
397 Conselhos de Psicologia. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho disse que a Carta das Pessoas Trans foi pautada
398 para reunião de presidentes pré-Apaf e esta ação criou um espaço importante de debate. Assim, indicou
399 este espaço para fazer o debate qualificado, juntamente com as(os) conselheiras(os) representantes da
400 pauta. Rosana Mendes Éleres de Figueiredo propôs rever de forma criteriosa as propostas elencadas nas
401 cartas produzidas e concordou em pautá-las para a reunião de presidentes pré-Apaf. Alessandra Santos
402 de Almeida ponderou que cabe às(aos) conselheiras(os) orientar o papel do Sistema Conselhos na
403 construção das propostas. Encaminhamentos: 1. Pautar para a reunião plenária de abril, como primeiro
404 ponto. 2. As(os) conselheiras(os) de referência do tema devem se articular para a discussão do ponto na
405 próxima plenária. 3. Pautar as cartas elaboradas nas Plenárias Negra, Indígena e Pessoas com deficiência
406 para a reunião de Presidentes pré-Apaf. Ponto 30: PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO NO ÂMBITO DO
407 SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA (Processo SEI nº 576600020.000103/2024-98). Rosana Mendes
408 Éleres de Figueiredo informou que a Conselheira Presidente do Conselho Regional da 1ª Região
409 encaminhou e-mail para a Diretoria do CFP convidando a Comissão Permanente de Combate e
410 Prevenção à Violência e ao Assédio no Trabalho (CCAT) para uma reunião. Enquanto presidente da CCAT,
411 Rosana Mendes Éleres de Figueiredo disse que representará o CFP nesta reunião, como ouvinte, para
412 compreender a demanda e, posteriormente, informar ao Plenário do CFP. Carolina Saraiva disse que
413 também foi convidada a participar da reunião, mas entende que uma representante do CFP é suficiente
414 neste momento. Encaminhamento: A conselheira Rosana Mendes Éleres de Figueiredo irá participar da
415 reunião como ouvinte, no dia 27 de março. Ponto 31: ARTIGO PARA EDIÇÃO ESPECIAL (Processo SEI nº
416 576600006.000001/2024-51). Izabel Augusta Hazin Pires comentou que, em comemoração ao
417 cinquentenário do CFP, será lançada a Edição Especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP)
418 com o objetivo de registrar a história e fomentar reflexões sobre os processos de construção desta
419 autarquia. Na 18ª reunião plenária foi aprovada a inclusão de um artigo sobre a temática das Relações
420 Raciais, Povos Tradicionais e Povos Originários na edição especial. Explicou que as pessoas indicadas pela
421 editora chefe da Revista para a construção do referido artigo foram: Eliane Costa, Mirian Alves, Danilo
422 Silva Guimarães e Saulo Fernandes. Evandro Moraes Peixoto sugeriu que Nita Tuxá integrasse os autores
423 na elaboração do artigo. Alessandra Santos de Almeida pontuou a importância de que os autores
424 tenham feito parte do Sistema Conselhos de Psicologia e que tenham presidido os CRPs. Izabel Augusta
425 Hazin Pires explicou que a designação de autores pela Comissão Editorial abarca aqueles que
426 trabalharam essas temáticas no Sistema Conselhos de Psicologia e que atendam aos critérios da Revista
427 PCP. Carolina Saraiva destacou a importância de inclusão de indígenas, negros e povos tradicionais em
428 temas que discutam as relações raciais e de povos tradicionais. Raquel Souza Lobo Guzzo pontuou que
429 precisam avançar nas publicações da Revista PCP para que haja mais representatividade e ressaltou a
430 possibilidade de ampliar o número de autores para compor o artigo. Propôs que o tema da Edição
431 Especial contemple Relações Raciais, Povos Tradicionais, Povos Originários, Povos Indígenas e
432 Quilombolas. Encaminhamentos: 1. Aprovada a inclusão de um artigo sobre a temática das Relações
433 Raciais, Povos Tradicionais, Povos Originários, Povos Indígenas e Quilombolas na edição especial da
434 Revista PCP, em comemoração aos 50 anos do CFP. 2. Aprovada a indicação das autoras Eliane Costa,
435 Mirian Alves, Danilo Silva Guimarães, Saulo Fernandes, Carolina Saraiva e Nita Tuxá para a construção do
436 referido artigo. 3. Convidar a conselheira Fabiane Fonseca para compor o artigo. Ponto 32: INFORME
437 SOBRE O 12º CNP: INÍCIO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO CALENDÁRIO DE
438 ATIVIDADES DO CNP (Processo SEI nº 576600115.000008/2024-35). Rodrigo Acioli Moura relatou que a
439 Comissão Organizadora Nacional (Comorg) do 12º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) iniciará as
440 ações de mobilização no âmbito dos CRPs a partir de 1º de abril de 2024, o que inclui os eventos
441 preparatórios e os eventos livres. Com intuito de iniciar as ações mobilizadoras para o congresso, a
442 Gerência de Comunicação do CFP (Gcom) elaborou a identidade visual para o 12º CNP, que terá como
443 tema a pluriversalidade e a interseccionalidade. Raphael Gomes, da Gcom, explicou que o conceito da
444 identidade visual foi construído com base em processo de pesquisa prévio, com destaque para os

445 números do congresso. Por isso, esta contém elementos de cores e formas geométricas que,
446 sobrepostas, procuram remeter às diversas etapas e pluriversalidade do evento. A identidade visual foi
447 aprovada pelo Grupo de Trabalho da Comissão Organizadora do 12º CNP e será compartilhada com os
448 CRPs, acompanhado de guia orientativo para aplicação da fonte, opções de cores e formas geométricas a
449 serem utilizadas pelas assessorias de comunicação dos Conselhos Regionais. Rodrigo Acioli Moura
450 explicou que este foi um pedido dos CRPs, tendo em vista que os eventos regionais serão unificados e
451 com intuito de manter a unidade visual. Esta ação também visa auxiliar aqueles que escolherem seguir a
452 identidade visual proposta. Assim, os CRPs terão autonomia para elaborar a própria arte para os
453 Congressos Regionais de Psicologia (Corepsi) ou utilizar a arte sugerida pelo CFP. Edmilson Couto, da
454 Secretaria Executiva do CFP, informou que na Apaf de dezembro de 2023 ficou encaminhada a tarefa de
455 realização de um estudo sobre a possibilidade de alteração do nome "Congresso" por "Conferência". Este
456 estudo será apresentado oportunamente na próxima Apaf. Entretanto, apesar desta definição não ser
457 aplicável ao 12º CNP, o Grupo de Trabalho da Comissão Organizadora entende que seria importante a
458 sua definição na Apaf de maio de 2024, para que as providências necessárias sejam adotadas.

459 Encaminhamentos: Informe apresentado. Não houve encaminhamentos. Ponto 33: INDICAÇÃO DE
460 CONSELHEIRA (O) PARA LEITURA E APRECIÇÃO DA REFERÊNCIA TÉCNICA SOBRE DIREITOS SEXUAIS E
461 DIREITOS REPRODUTIVOS (Processo SEI nº 576600012.000046/2020-12). Rodrigo Acioli Moura relatou
462 que é necessário designar conselheira(o) para a leitura e apreciação da Referência Técnica "Direitos
463 sexuais e direitos reprodutivos" em nome do Plenário. Encaminhamentos: 1. A conselheira Alessandra
464 Santos de Almeida foi designada para leitura e apreciação da Referência Técnica "Direitos sexuais e
465 direitos reprodutivos". Ponto 34: JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (Processo SEI nº
466 576600029.000006/2024-15). Juliana Barros Guimarães questionou a possibilidade de intercalar os
467 períodos das datas dos julgamentos dos processos administrativos, considerando sua dificuldade em
468 participar das sessões pela manhã. Célia Mazza de Souza explicou que o calendário anual dos
469 julgamentos foi definido em reunião plenária. Por este motivo, sugeriu que os julgamentos aconteçam
470 nos dias já acordados, mas no período vespertino. Marina de Pol Poniwas propôs que a Gerência Técnica
471 (Gtec) organizasse a designação das relatorias dos processos administrativos levando em consideração a
472 expertise de cada conselheira(o), assim como a equidade do número de processos. Camila Dias Alves,
473 gerente da Gtec, explicou que a distribuição dos processos por área de expertise tem sido a estratégia
474 mais favorável, pois priorizar a capacidade técnica à equidade de distribuição cria jurisprudência dentro
475 dos processos. Apresentou a planilha de designação dos processos administrativos e pontuou a equidade
476 na distribuição das relatorias entre as(os) conselheiras(os). Jefferson de Souza Bernardes relatou que a
477 maioria dos processos administrativos se referem a títulos de especialistas no tráfego e informou que
478 estão sendo agendadas reuniões no sentido de unificar os procedimentos nos CRPs. Rodrigo Acioli
479 Moura propôs unificar as formas de distribuição tanto dos processos éticos como dos administrativos.
480 Roberto Chateaubriand Domingues ressaltou que a criação de um banco de jurisprudência para os
481 processos administrativos e éticos auxilia as(os) conselheiras(os) em suas análises. Izabel Augusta Hazin
482 Pires destacou que isso já ocorre para os processos éticos e apontou que, além da temática do processo,
483 é preciso avaliar a demanda da avaliação. Rodrigo Acioli Moura concordou com o banco de
484 jurisprudência como referência de decisões já tomadas. Independente disso, entende que o critério é a
485 justificativa da análise e esta deve ser feita caso a caso. João Diego Firmiano, da Gerência Jurídica do CFP,
486 elucidou que os casos são individuais, mas considera importante a referência de decisões já tomadas.
487 Explicou que o banco já está disponível no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e é possível ao
488 Plenário consultar os relatórios realizados. Encaminhamentos: 1. Criar um banco de jurisprudência para
489 os processos administrativos para auxiliar as(os) conselheiras(os) em suas análises. 2. Em maio de 2024,
490 o julgamento dos processos administrativos será realizado no período vespertino. 3. Considerar, além do
491 critério de conhecimento técnico, o critério de equidade na designação dos processos administrativos. 4.
492 Pautar a designação dos processos administrativos com sugestão de relator. Ponto 35: REALIZAÇÃO DE
493 PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA INTERNA DO XIX PLENÁRIO (Processo SEI nº 576600029.000007/2024-60).
494 Antônio Virgílio Bittencourt Bastos propôs discutir os fluxos dos processos de trabalho do CFP para
495 analisar o que precisa ser melhor estruturado e modificado. É necessário descrever tecnicamente os
496 processos e, para isso, recomendou consultoria externa. Aventou a possibilidade de reunião entre a
497 Coordenação Geral e o Plenário. Emanuelle Silva, coordenadora geral estratégica do CFP, concordou com
498 a sugestão de reunião, no sentido de trabalharem em uma perspectiva colaborativa e discutir os
499 processos de trabalho, que devem ser apreciados e avaliados pelo Plenário. Rodrigo Acioli Moura
500 salientou que existem muitas demandas no CFP e é necessário identificar em que momento dos
501 processos de trabalho ocorrem as principais dificuldades para implementação das atividades. Ressaltou a

502 deliberação anterior do Plenário de que as reuniões plenárias sejam exclusivamente para apreciação dos
503 pontos de pauta e sugeriu incluir um dia a mais de reunião ou reduzir o intervalo entre as reuniões
504 plenárias, para tratar desses assuntos. Além disso, pontuou observar os horários de voos de retorno
505 das(os) conselheiras(os), para que não seja preciso se retirarem antes do término das reuniões. Carla
506 Isadora Barbosa Canto sugeriu reunião interna do Plenário, com mediação de consultoria externa.
507 Juliana Barros Guimarães pontuou que existem três pautas a serem apreciadas: fluxos de trabalho do
508 CFP, reunião entre Coordenação Geral e Plenário e reunião interna do Plenário. Encaminhamentos: 1.
509 Organizar uma reunião plenária extraordinária, interna do XIX Plenário, para tratar de assuntos internos.
510 A Coordenação Geral do CFP deve encaminhar para a próxima reunião de Diretoria as propostas de datas
511 para serem deliberadas com o Plenário. 2. Verificar a necessidade de consultoria externa para mediação
512 da reunião plenária extraordinária, a ser realizada por psicóloga(o) com experiência na área. 3. No
513 mesmo dia da reunião plenária, agendar um período para diálogo entre o Plenário e a Coordenação
514 Geral do CFP. 4. O Plenário deve elencar quais fluxos entendem ser mais problemáticos e sensíveis. Ponto
515 36: FLUXOS DE TRABALHO CFP (Processo SEI nº 576600029.000008/2024-12) Encaminhamentos: Pautar
516 para a próxima reunião plenária um debate sobre a manualização, bem como o uso de aplicativos para o
517 acompanhamento dos processos, projetos e fluxos do CFP. Os setores do CFP devem contribuir com a
518 discussão e avaliar se este trabalho pode ser terceirizado. Ponto 37: AVISO AOS SETORES (Processo SEI nº
519 576600029.000009/2024-59) Encaminhamentos: 1. Não agendar outros eventos para as(os)
520 conselheiras(os) no mesmo horário da reunião plenária. 2. Observar os horários de voos, para que não
521 seja preciso as(os) conselheiras(os) se retirarem antes do término das reuniões. Esta ata foi lavrada por
522 mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e assinada por todas as presentes nomeadas.

523

524

525 *Nota: [1] No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a Apaf optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritas', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.*



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o) Suplente**, em 01/08/2024, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Chateaubriand Domingues, Conselheira(o)**, em 01/08/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Saraiva, Conselheira(o) Secretária(o)**, em 01/08/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo, Conselheira(o) Suplente**, em 01/08/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Mendes Éleres de Figueiredo, Conselheira(o)**, em 01/08/2024, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Conselheira(o) Presidente**, em 01/08/2024, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Mazza de Souza, Conselheira(o) Tesoureira(o)**, em 01/08/2024, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clarissa Paranhos Guedes, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilaise Santos Vieira, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Souza Lobo Guzzo, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana de Barros Guimarães, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Morais Peixoto, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Isadora Barbosa Canto, Conselheira(o)**, em 02/08/2024, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina De Pol Poniwas, Conselheira Suplente**, em 02/08/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson de Souza Bernardes, Conselheira(o) Suplente**, em 02/08/2024, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1720775** e o código CRC **63D5D52F**.